

MODELOS ORGANIZADORES DO PENSAMENTO DE GESTORES UNIVERSITÁRIOS SOBRE POLÍTICAS DE INCLUSÃO: A UNIVERSIDADE PÚBLICA ENTRE O ACESSO, A PERMANÊNCIA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS

EDGAR BENDAHAN RODRIGUES

Unesp /Assis

edgar.bendahan@unesp.br

ISADORA MACHADO

Unesp/Rio Claro

isadora.machado@unesp.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

A universidade pública brasileira constitui uma instituição social marcada por profundas contradições históricas. Embora associada à produção de conhecimento e à formação crítica da sociedade, sua constituição esteve vinculada a projetos políticos que restringiram o acesso ao ensino superior a determinados grupos sociais. A formação tardia das universidades no Brasil, associada à herança colonial e às estruturas elitistas do ensino superior, contribuiu para consolidar instituições voltadas à formação das elites dirigentes e profissionais do Estado (Teixeira, 1989; Cunha, 2007).

Durante grande parte da história nacional, o ensino superior estruturou-se a partir de faculdades isoladas voltadas à formação profissional em áreas como Direito, Medicina e Engenharia, reproduzindo um modelo fragmentado e socialmente seletivo. Essa configuração restringiu o acesso ao conhecimento científico a parcelas reduzidas da população (Saviani, 2013; Cunha, 2007). Assim, a universidade pública consolidou-se como espaço marcado por desigualdades sociais, raciais e econômicas.

Nas últimas décadas, entretanto, esse cenário passou por transformações relevantes. A implementação de políticas afirmativas no ensino superior representou um marco no enfrentamento das desigualdades históricas de acesso à universidade, resultado de décadas de mobilização de movimentos sociais, especialmente do movimento negro (Rodrigues, 2020).

A criação de políticas de reserva de vagas para estudantes da escola pública e para estudantes pretos, pardos e indígenas alterou progressivamente o perfil socioeconômico e racial das universidades públicas. Na Universidade Estadual Paulista (Unesp), a implementação do Sistema de Reserva de Vagas para a Escola Básica Pública (SRVEBP) e a ampliação das políticas de inclusão promoveram mudanças importantes no acesso à instituição (Galhardo et al., 2018).

A ampliação do acesso trouxe, contudo, novos desafios institucionais. A democratização do ingresso evidenciou a necessidade de políticas estruturadas de permanência estudantil capazes de garantir condições materiais, acadêmicas e simbólicas para que estudantes historicamente marginalizados possam permanecer e concluir sua formação (Rodrigues, 2024).

Nesse contexto, as universidades passaram a enfrentar tensões institucionais. Ao mesmo tempo em que são convocadas a enfrentar desigualdades sociais e raciais, operam frequentemente sob restrições orçamentárias que dificultam a ampliação das políticas de permanência. Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender como gestores universitários interpretam a universidade e mobilizam as políticas de inclusão no interior das instituições.

Assim, nossa pesquisa teve como objetivo investigar os modelos organizadores do pensamento mobilizados por professores diretores e vice-diretores de unidades universitárias da Universidade Estadual Paulista (Unesp) acerca das políticas de inclusão implementadas na instituição, bem como compreender de que maneira tais concepções se articulam com diferentes interpretações sobre a função social da universidade pública no enfrentamento das desigualdades sociais e raciais.



A pesquisa insere-se no debate contemporâneo sobre educação, desigualdades e direitos humanos, articulando-se à compreensão da universidade como espaço de disputa simbólica e material. Parte-se da hipótese de que as políticas afirmativas não sejam apenas como dispositivos normativos, mas são atravessadas por representações, valores, afetos e concepções históricas sobre mérito, igualdade e diferença.

O referencial teórico-metodológico adotado é a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento, desenvolvida por Montserrat Moreno, Genoveva Sastre e colaboradores, segundo a qual os sujeitos constroem representações mentais organizadas a partir de elementos selecionados da realidade, significados atribuídos a esses elementos e implicações estabelecidas entre eles. Esses modelos não são neutros: são permeados por conteúdos históricos, culturais e afetivos.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores diretores e vice-diretores de unidades universitárias da UNESP. A análise buscou identificar os elementos centrais mobilizados pelos participantes ao tratarem das políticas afirmativas, da permanência estudantil, do racismo e da função social da universidade.

Os resultados indicam a presença de modelos organizadores distintos, que podem ser agrupados, preliminarmente, em três eixos:

- Universidade como espaço de transformação social – modelo no qual as ações afirmativas são compreendidas como instrumento legítimo de justiça histórica e democratização;
- Universidade como espaço de disputa – modelo que reconhece tensões internas, resistências institucionais e conflitos em torno da implementação das políticas;
- Universidade como espaço de pertencimento condicionado – modelo em que a inclusão é aceita, mas frequentemente subordinada à lógica meritocrática ou à adaptação dos sujeitos às normas já estabelecidas.

A identificação desses modelos organizadores evidencia que as políticas de inclusão não se materializam de forma homogênea no interior das instituições universitárias. As diferentes interpretações mobilizadas pelos gestores indicam que a democratização do ensino superior não se limita à ampliação do acesso, mas envolve



disputas institucionais acerca da função social da universidade pública e de seu papel no enfrentamento das desigualdades históricas.

Nesse contexto, as políticas de permanência estudantil tornam-se elemento central para a efetivação das políticas afirmativas. Se as políticas de acesso possibilitaram a entrada de novos grupos sociais na universidade, a permanência constitui a condição para que esses sujeitos desenvolvam suas trajetórias acadêmicas e participem da produção de conhecimento no interior da instituição. Garantir condições efetivas de permanência implica não apenas a oferta de apoio financeiro, mas também o enfrentamento de barreiras simbólicas, acadêmicas e institucionais que atravessam a experiência universitária de estudantes historicamente excluídos.

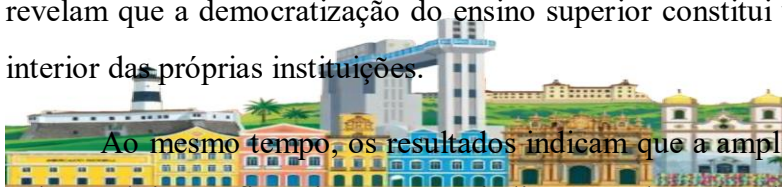
Assim, a permanência estudantil não pode ser compreendida apenas como política assistencial, mas como parte integrante do processo de democratização do ensino superior. A presença de estudantes provenientes de diferentes contextos sociais, raciais e territoriais tensiona modelos institucionais historicamente excludentes e convoca as universidades a repensarem seus modos de funcionamento e suas políticas acadêmicas.

Desse modo, as políticas afirmativas e de permanência contribuem para a construção de uma universidade pública socialmente referenciada, comprometida com a democratização do conhecimento e com o reconhecimento da diversidade social e cultural que caracteriza a sociedade brasileira.

CONCLUSÕES

A análise realizada evidencia que as interpretações dos gestores acerca das políticas afirmativas e da permanência estudantil se organizam em diferentes modelos de pensamento, que expressam concepções distintas sobre a função social da universidade pública. Os três eixos identificados: a) universidade como espaço de transformação social; b) como espaço de disputa; c) e como espaço de pertencimento condicionado, revelam que a democratização do ensino superior constitui um processo em disputa no interior das próprias instituições.

Ao mesmo tempo, os resultados indicam que a ampliação do acesso promovida pelas políticas afirmativas, torna indispensável o fortalecimento das políticas de permanência estudantil como condição para a efetivação do direito à educação superior.



Nesse sentido, tais políticas se apresentam como elementos fundamentais para a construção de uma universidade pública socialmente referenciada, comprometida com o enfrentamento das desigualdades históricas e com o reconhecimento da diversidade social e cultural que caracteriza a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

GALHARDO, Eduardo et al. Desempenho acadêmico e frequência dos estudantes ingressantes pelo Programa de Inclusão da UNESP. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 25, n. 3, p. 701-723, set. 2020.
<https://doi.org/10.1590/s1414-40772020000300010>.

MORENO, Montserrat et al. **Conhecimento e mudança: os modelos organizadores na construção do conhecimento**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Moderna, 2000.

MORENO, Montserrat; SASTRE, Genoveva. **Como construímos universos: amor, cooperação e conflito**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

RODRIGUES, Edgar Bendahan. Política de reserva de vagas na Unesp: um estudo com base nos Modelos Organizadores do Pensamento de estudantes ingressantes pretos. 2020. 135 f. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)** – Programa de Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2020.

RODRIGUES, Edgar Bendahan. Políticas de permanência estudantil e a efetivação do direito à educação superior. **Revista Brasileira de Políticas de Ação Afirmativa**, v. 8, n. 2, p. 45-62, 2024.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, p. 743-760, out./dez. 2013.



TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. (Obra original publicada em 1989).



XXXII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO
II COLÓQUIO POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
14 A 18 DE JUNHO DE 2020
SALVADOR - BAHIA